

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Da Sra. ANDREIA SIQUEIRA)

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para criminalizar a disponibilização, por meio digital, de links ou recursos eletrônicos que direcionem a conteúdo de pornografia infantil ou a grupos destinados à sua divulgação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 241-D da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte §3º:

§3º Incorre nas mesmas penas previstas no caput quem, por qualquer meio digital, inserir, divulgar, compartilhar ou manter link, QR code ou outro recurso eletrônico que permita o acesso, direto ou indireto, a conteúdo de pornografia infantil ou a grupos, canais ou ambientes virtuais destinados à divulgação, distribuição ou comercialização desse tipo de material.

Art. 2º O §2º do art. 241-D da mesma Lei passa a vigorar acrescido do inciso VIII:

VIII – se a conduta for praticada por meio de perfil em rede social, serviço de streaming ou qualquer outra plataforma pública de alcance coletivo.



Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição visa suprir uma lacuna legislativa no combate à exploração sexual infantil no ambiente digital.

Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) já criminalize a produção, o armazenamento e a distribuição de material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes, **a legislação não tipifica de forma expressa a conduta de intermediar o acesso a esse material por meio de links ou redirecionamentos digitais.**

Criminosos têm se aproveitado dessa brecha para utilizar redes sociais como Instagram, TikTok e X (antigo Twitter) para inserir, em perfis e biografias, links que direcionam usuários a grupos fechados no Telegram, Discord e outras plataformas, onde há grande circulação de conteúdo de abuso sexual infantil.

A prática é sofisticada: os links muitas vezes levam a páginas intermediárias, encurtadores ou QR codes, dificultando o rastreamento e permitindo rápida troca de endereços, frustrando a ação policial. A ausência de previsão legal clara dificulta a responsabilização penal de quem atua como facilitador do acesso.

Com este projeto, busca-se **equiparar o ato de fornecer ou manter tais links à própria divulgação do material criminoso**, punindo o intermediário da mesma forma que o distribuidor direto. Além disso, a inclusão do inciso VIII no §2º do art. 241-D **agrava a pena quando a prática ocorrer em redes de grande alcance**, considerando o maior potencial de disseminação e o risco ampliado às vítimas.

Essa proposta se alinha ao disposto no art. 227 da Constituição Federal, que impõe prioridade absoluta à proteção da infância, e fortalece o cumprimento de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como o



Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à pornografia infantil.

Diante da gravidade e da urgência do tema, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta medida.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputada ANDREIA SIQUEIRA

